

Novo título público terá mercado cativo

BRASÍLIA — O novo título público federal que o governo quer lançar, dentro de três meses, terá mercado cativo, ou seja, alguns aplicadores no mercado financeiro serão obrigados pelo Banco Central a adquiri-los. Isso porque o governo espera, de início, certa necessidade de impor o novo papel, que terá prazo de resgate mínimo de cinco anos e máximo de 25 anos e uma remuneração ainda não definida.

O novo papel foi batizado de Nota do Tesouro Nacional. Ele tanto servirá para lastrear os **exit bonds** — que serão lançados no mercado internacional, com opção de internalização — quanto para financiar o déficit público. Por isso, poderá ter correção cambial ou monetária, dependendo de sua finalidade.

A criação do novo título é ur-

gente porque o Tesouro não tem muito fôlego para continuar financiando a remuneração das LFTs, dentro de uma política monetária de juros elevados. Isso porque o custo do financiamento do déficit torna-se insuportável e gera maior endividamento para o setor público. Nesse ano, o custo dos encargos da dívida pública crescerá 62,7% reais, somando NCZ\$ 42 bilhões. Além do custo elevado, as LFTs têm prazo de resgate pequeno, o que concentra o vencimento da dívida.

Ao lançar a Nota do Tesouro Nacional, o Banco Central determina que os Fundos de Pensão e o próprio Banco Central adquiram os papéis utilizando certo percentual de suas aplicações.